

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.496.743 - RJ (2019/0124469-0)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE : CIRO MARTINS DO AMARAL**  
**AGRAVANTE : DAMIAO JORGE DA CUNHA**  
**AGRAVANTE : DILMAR DE JESUS CAVALCANTE**  
**AGRAVANTE : GERALDO GOMES DE OLIVEIRA**  
**AGRAVANTE : ELCIO ALVES NAZARETH**  
**ADVOGADO : CLÁUDIO MÁRCIO DE BRITO MOREIRA - RJ088980**  
**AGRAVADO : FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manejado por **Ciro Martins do Amaral e outros** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado (fls. 622/623):

*ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEDIDO DE CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO. SERVIDOR CIVIL. GRATIFICAÇÃO GDIBGE. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. ILEGITIMIDADE. NECESSIDADE DE PRÉVIA LIQUIDAÇÃO DO JULGADO COLETIVO. INOCORRÊNCIA.*

*I. Trata-se de execução individual fundada em título formado no Mandado de Segurança Coletivo n.º 2009.51.01.002254-6, impetrado pela ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO IBGE - DAIBGE e no qual restou assegurado aos aposentados e pensionistas do IBGE associados da Impetrante o pagamento de GDIBGE em valor equivalente a 90 (noventa) pontos, bem como o pagamento das parcelas em atraso desde a propositura do writ.*

*II. O recurso merece ser conhecido, embora não caiba apreciar as suas razões de mérito, eis que a hipótese reclama, na verdade, a decretação de extinção da execução originária, por ausência de condições da ação executiva e de seu prosseguimento válido e regular, matérias apreciáveis de ofício, consoante autoriza o chamado efeito translativo dos recursos, admitido no âmbito do agravo de instrumento (Cf. STJ, 3ª T., REsp 736.966/PR, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe 06.05.2009).*

*III. O fato de haver legitimação extraordinária da Associação para o mandado de segurança coletivo, embora leve à dispensa*

*de autorização para propor a ação NÃO LEVA à ampliação da coisa julgada a toda a categoria porque isso somente seria possível na hipótese de legitimação extraordinária de Sindicato, onde a categoria é pelo mesmo representada integralmente. No caso da Associação, a coisa julgada alcança os associados e não os “associáveis”. Associação não representa a categoria porque isso foge do espírito associativista. Hoje, conforme pacificado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, descabe autorização para o ajuizamento de mandado de segurança coletivo, mas, por outro lado, só são alcançados pela coisa julgada formada na ação coletiva os associados, e como há a limitação, eles precisam ser enumerados na petição inicial de tal ação coletiva.*

*IV. In casu, os Agravados não detém sequer legitimidade para executar o título coletivo pois não era associado ao DAPIBGE à época da impetração do MS coletivo. Ademais, constata-se a ausência de prévia liquidação da sentença condenatória genérica proferida nos autos da ação coletiva, conforme dispõem o art. 97 e seu parágrafo único e o §1º do art. 98, ambos do CDC, restando ausente condição de prosseguimento válido e regular da ação executiva.*

*V. Ademais, em sede de processo coletivo, em que a sentença condenatória é necessariamente genérica (art. 95 do CDC), não é possível prescindir, para que a execução possa se iniciar, da apuração de um valor líquido e exigível, sendo esta apuração feita através de um processo de liquidação, com indubitoso respeito ao contraditório e ampla defesa, em que o ente público executado deva contribuir de forma efetiva, não sendo razoável transferir para o âmbito dos embargos à execução a possibilidade de impugnação dos critérios de cálculo unilateralmente adotados como forma de evitar esta liquidação em*

*evidente subversão do processo coletivo.*

*VI. Extinção da execução principal. Recurso prejudicado.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 668/676).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 4º, 10, 277, 283, parágrafo único, 489, §1º, 502, 503, 50, §§2º e 4º, 524, §3º, 926, 933, 1.022, II e 1.048, I do CPC/2015; 81, 82, 83, 95, 97, 98, 103 e 104 do CDC; 14, § 4º, 21 e 22 da Lei nº 12.016/2009. Sustenta tese de negativa de prestação jurisdicional. Defende, em síntese, a existência de ofensa à coisa julgada material, pois o título judicial faz referência expressa à qualidade de substituídos dos associados, não limitando o seu

alcance àqueles que o fossem na data da impetração do writ, ou tivessem se aposentado até a mesma data. Assevera que *sendo substituta processual (e não simples representante), a associação age em nome próprio e obtém uma vitória que beneficia a todo o seu corpo associativo, em sua feição dinâmica e mutável, e não uma parte apenas desse corpo (salvo limitação expressa no pedido e no julgado, que não é o caso 1º). A lei mesma faz referência à totalidade, ou parte, dos associados. Ora, a tese da limitação temporal, sufragada pelo v. acórdão recorrido, torna letra morta a possibilidade de defesa da totalidade dos associados, na medida em que os novos associados, que tiverem ingressado no corpo associativo após a impetração do writ coletivo, constituirão uma parte necessariamente não beneficiada pelo julgado, desfalcando e desfigurando a totalidade a que alude a lei. Como consequência dessa tese, a associação teria de impetrar um novo writ coletivo, para proteger os "novos" associados, e assim sucessivamente, frustrando a finalidade da lei, que é a de expandir a atuação dos entes associativos, em prol da racionalidade e economia do sistema* (fls. 715/716).

**É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

De início, verifica-se não ter ocorrido ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022, II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Quanto ao mérito, melhor sorte socorre à recorrente. Colhe-se do aresto regional a seguinte fundamentação (fl. 617/621):

*Trata-se de Agravo de Instrumento interposto contra decisão proferida nos autos de execução de título judicial, que determinou a incidência do IPCA-E como índice de correção monetária aplicável aos valores em atraso devidos pela Executada.*

*Impende salientar, contudo, que a hipótese reclama, na verdade, a decretação de extinção da execução originária, por ausência de condições da ação executiva e de seu prosseguimento válido e regular, matérias apreciáveis de ofício, consoante autoriza o chamado efeito translativo dos recursos, admitido no âmbito do*

*agravo de instrumento:*

*(...)*

*Com efeito, constata-se que a execução originária deste recurso fundamenta-se em título formado no Mandado de Segurança Coletivo n.º 2009.51.01.002254-6, impetrado pela ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO IBGE - DAIBGE e no qual restou assegurado aos aposentados e pensionistas do IBGE associados da Impetrante o pagamento de GDIBGE em valor equivalente a 90 (noventa) pontos, bem como o pagamento das parcelas em atraso desde a propositura do writ.*

*Acerca da legitimidade para esta execução, trata-se de tema complexo e controvertido na doutrina e mesmo na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que, somente em 15/05/2008 veio a merecer tratamento pacificador ao reconhecer a Suprema Corte, nos autos do RE nº 573.232/SC, a existência de repercussão geral sobre a matéria, em acórdão cuja ementa foi redigida com os seguintes dizeres:*

*(...)*

*No julgamento plenário daquele recurso extraordinário interposto pela UNIÃO, o resultado que angariou o apoio da maioria dos Ministros integrantes do Supremo Tribunal Federal foi o de lhe dar provimento na parte em que foi conhecido, tudo conforme entendimento que restou consagrado nos dizeres da seguinte ementa:*

*(...)*

*Portanto, em se tratando de ação ordinária coletiva, segundo decidiu o Supremo Tribunal Federal, não se poderia incluir, na fase subsequente à realização do título, quem não houvesse autorizado inicialmente a Associação a atuar como exigido no art. 5º, inciso XXI, da Constituição Federal e, bem assim, quem não houvesse sido por ela indicado como beneficiário, por se tratar de hipótese de representação e não de substituição processual. Nesta hipótese, conforme ressaltou o Ministro MARCO AURÉLIO em seu voto, que inaugurou a divergência e restou prestigiado pela maioria dos membros do Plenário do STF, tornando- o Relator para o acórdão, os associados que não figuraram como representados no processo de conhecimento*

*“apenas pretenderam, já que a Associação logrou êxito quanto àqueles representados,*

*tomar uma verdadeira carona, incompatível com a organicidade e a instrumentalidade do Direito” (fl. 20 do RE 573.232/SC).*

*Ocorre que, em casos como o dos presentes autos, em que se pretende executar individualmente título judicial formado nos autos de Mandado de Segurança Coletivo, também decidiu o Supremo Tribunal Federal, que “a legitimação já decorre da própria Carta”, tornando*

*desnecessária qualquer autorização dos associados ou sindicalizados substituídos processualmente.*

*(...)*

*Parece, assim, estar havendo uma confusão: o fato de haver legitimação extraordinária da Associação para o mandado de segurança coletivo, embora leve à dispensa de autorização para propor a ação NÃO LEVA à ampliação da coisa julgada a toda a categoria porque isso somente seria possível na hipótese de legitimação extraordinária de Sindicato, onde a categoria é pelo mesmo representada integralmente. No caso da Associação, a coisa julgada alcança os associados e não os “associáveis”. Associação não representa a categoria porque isso foge do espírito associativista. Hoje, conforme pacificado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, descabe autorização para o ajuizamento de mandado de segurança coletivo, mas, por outro lado, só são alcançados pela coisa julgada formada na ação coletiva os associados ao tempo da impetração.*

*Vale a pena, assim, transcrever a ementa do referido acórdão no RE 181.438 (julg. em 28.06.1996), para bem delimitar a distinção estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal:*

*(...)*

*Não há dúvida, portanto, que, por ser a demanda originária uma execução de título judicial formado em Mandado de Segurança Coletivo, enquadram-se como beneficiários - estando legitimados a executar o julgado – todos aqueles que se encontravam associados à Associação Impetrante à data da impetração, pouco importando se foi ou não juntada aos autos prova de sua autorização para o ajuizamento da demanda.*

*Ocorre que, na hipótese em análise, os Agravados não ostentam esta condição, ou seja, não detêm legitimidade para executar o título coletivo, pois não eram associadas da Impetrante à época da*

*impetração do MS Coletivo, conforme se verifica das cópias das fichas financeiras referentes ao primeiro semestre de 2009, da qual não consta o desconto da contribuição respectiva para a DAPIBGE no mês da impetração (janeiro/2009 - fls. 114, 132, 151, 174 e 208 dos autos originários, respectivamente).*

*Além disso, verifica-se que a execução originária não deve prosseguir, por ausência de condição de prosseguimento válido e regular da ação executiva.*

*O pressuposto que não parece a este Relator preenchido para o prosseguimento da execução individual é justamente a ausência de prévia liquidação da sentença condenatória genérica proferida nos autos da ação coletiva, conforme dispõe o art. 97 e seu parágrafo único do Código de Defesa do Consumidor, cujo teor segue abaixo:*

*(...)*

*A parte exequente propõe uma execução individual de valor não liquidado, limitando-se a requerer a apresentação de “fichas financeiras” para realização de cálculos aritméticos, na forma do art. 509, §2º do NCPC, seguido de citação do ente público, para pagamento ou oferecimento de impugnação, na forma do art. 535 do NCPC, a pretexto de suplantar a necessidade de haver uma efetiva liquidação de sentença condenatória genérica -que, inclusive, deverá, conforme defende a doutrina, fazer-se por artigos, como previa o vetado parágrafo único do art. 97 do CDC -, liquidação esta novamente mencionada no parágrafo 1º do art. 98 do CDC que menciona como documento necessário à instrução da execução coletiva a certidão das sentenças de liquidação da qual deverá constar a ocorrência ou não do trânsito em julgado.*

*Com efeito, em sede de processo coletivo, em que a sentença condenatória é necessariamente genérica (art. 95 do CDC), não é possível prescindir, para que a execução possa se iniciar, da apuração de um valor líquido e exigível, sendo esta apuração feita através de um processo de liquidação, com inquestionável respeito ao contraditório e ampla defesa, em que o ente público executado deva contribuir de forma efetiva, não sendo razoável transferir para o âmbito dos embargos à execução a possibilidade de impugnação dos critérios de cálculo unilateralmente adotados como forma de evitar esta liquidação em evidente subversão do processo coletivo.*

*Do exposto, peço vênia para divergir do voto proferido pela ilustre Relatora e CONHEÇO do agravo de instrumento, para, de ofício, JULGAR EXTINTA A EXECUÇÃO PRINCIPAL, por ilegitimidade ativa dos agravados, bem como por inviabilidade da execução antes da liquidação do julgado coletivo, restando prejudicada a apreciação do mérito do recurso.*

Não se olvida que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 573.232/SC, com repercussão geral, assentou a compreensão de que as balizas subjetivas do título judicial, formalizado em ação proposta por associação, são definidas "pela representação no processo de conhecimento, presente a autorização expressa dos associados e a lista destes juntada à inicial."

Confira-se, a propósito, a respectiva ementa:

*REPRESENTAÇÃO - ASSOCIADOS - ARTIGO 5º, INCISO XXI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ALCANCE. O disposto no artigo 5º, inciso XXI, da Carta da República encerra representação específica, não alcançando previsão genérica do estatuto da associação a revelar a defesa dos interesses dos*

*associados.*

*TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL - ASSOCIAÇÃO - BENEFICIÁRIOS. As balizas subjetivas do título judicial, formalizado em ação proposta por associação, é definida pela representação no processo de conhecimento, presente a autorização expressa dos associados e a lista destes Juntada à inicial."*

(RE 573.232/SC, Rel. p/ Acórdão Ministro MARCO AURÉLIO, TRIBUNAL PLENO, DJE 18/09/2014)

Ocorre que, o entendimento firmado no referido precedente não tem aplicação às hipóteses de mandado de segurança coletivo, pois, nesses casos, não se fala em substituição mas representação processual.

A propósito, confira-se o seguinte excerto do voto condutor prolatado pelo em. Ministro MARCO AURÉLIO MELLO no julgamento em tela:

*É inconcebível que haja uma associação que, pelo estatuto, não atue*

*em defesa dos filiados. É inconcebível. O que nos vem da Constituição Federal? Um trato diversificado, considerado sindicato, na impetração coletiva, quando realmente figura como substituto processual, inconfundível com a entidade embrionária do sindicato, a associação, que também substitui os integrantes da categoria profissional ou da categoria econômica, e as associações propriamente ditas.*

*Em relação a essas, o legislador foi explícito ao exigir mais do que*

*a previsão de defesa dos interesses dos filiados no estatuto, ao exigir que tenham – e isso pode decorrer de deliberação em assembleia – autorização expressa, que diria específica, para representar – e não*

*substituir, propriamente dito – os integrantes da categoria profissional.*

*Digo que o caso é péssimo para elucidar essa dualidade. Por quê? Porque, conforme consta do acórdão do Tribunal Regional Federal, a ação de conhecimento foi ajuizada pela Associação Catarinense do Ministério Público. E o que fez, atenta ao que previsto no inciso XXI do artigo 5º da Constituição Federal? Juntou a relação dos que seriam beneficiários do direito questionado. Juntou, também – viabilizando, portanto, a defesa pela parte contrária, a parte ré –, a autorização para atuar. Prevê o estatuto autorização geral para a associação promover a defesa, claro, porque qualquer associação geralmente tem no estatuto essa previsão. Mas, repito, exige mais a Constituição Federal: que haja o credenciamento específico.*

*Pois bem. Veio à balha incidente na execução, provocado em si – pelo menos considero o cabeçalho do acórdão do Tribunal Regional Federal – pela associação que atuara representando os interesses daqueles mencionados, segundo as autorizações individuais anexadas ao processo? Não, por terceiros, que seriam integrantes do Ministério Público, mas que não tinham autorizado a propositura da ação.*

*Indago: formado o título executivo judicial, como o foi, a partir da integração na relação processual da associação, a partir da relação apresentada por essa quanto aos beneficiários, a partir da autorização explícita de alguns associados, é possível posteriormente ter-se – e aqui penso que os recorridos pegaram carona nesse título – a integração de outros beneficiários?*

*A resposta para mim é negativa. Primeiro, Presidente, porque, quando a Associação, atendendo ao disposto na Carta, juntou as autorizações individuais, viabilizou a defesa da União quanto àqueles*

*que seriam beneficiários da parcela e limitou, até mesmo, a representação que desaguou, julgada a lide, no título executivo judicial.*

*Na fase subsequente de realização desse título, não se pode incluir quem não autorizou inicialmente a Associação a agir e quem também não foi indicado como beneficiário, sob pena de, em relação a esses, não ter sido implementada pela ré, a União, a defesa respectiva.*

***Creio, e por isso disse que a situação sequer é favorável a elucidar-se a diferença entre representação e substituição processual, a esclarecer o alcance do preceito do inciso XXI do artigo 5º, que trata da necessidade de a associação apresentar autorização expressa para agir em Juízo, em nome dos associados, e o do preceito que versa o mandado de segurança coletivo e revela o sindicato como substituto processual. Nesse último caso, a legitimação já decorre da própria Carta – representação gênero – e também da previsão do artigo 8º, do qual não me valho. Estou-me valendo apenas daquele referente às associações.***

*Presidente, não vejo como se possa, na fase que é de realização do título executivo judicial, alterar esse título, para incluir pessoas que não foram inicialmente apontadas como beneficiárias na inicial da ação de conhecimento e que não autorizaram a Associação a atuar como exigido no artigo 5º, inciso XXI, da Constituição Federal.*

Tal compreensão também é compartilhada por este Superior Tribunal, conforme se extrai dos seguintes julgados:



PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. EXTINÇÃO DE EXECUÇÃO. APELAÇÃO. CABIMENTO. PRECEDENTES. COISA JULGADA. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. SERVIDOR FILIADO APÓS A IMPETRAÇÃO DO WRIT. LEGITIMIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Quando da vigência do art. 473-M, § 3º, do CPC/1973, a decisão judicial que acarretava a extinção de uma execução era recorrível por meio de apelação.

2. O Tribunal de origem segue jurisprudência do STJ pela extensão dos efeitos da decisão proferida em mandado de segurança coletivo a todos os associados, ou parte deles cuja situação jurídica seja idêntica àquela tratada no decisum, sendo irrelevante se a filiação ocorreu após a impetração do writ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.410.502/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 26/04/2019)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. ASSOCIAÇÃO DOS SUBTENENTES E SARGENTOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. EXECUÇÃO. LEGITIMIDADE. RAZÕES RECURSAIS QUE NÃO INFIRMAM A FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. ACÓRDÃO RECORRIDO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STF E DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Na origem, trata-se de Mandado de Segurança Coletivo, impetrado pela Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado de São Paulo, tendo sido concedida a ordem, para o recálculo da base sobre a qual incidem quinquênio e sexta-parte.

II. O recurso encontra óbice na Súmula 283/STF, aplicada por analogia, porquanto, a ora recorrente deixou de combater, nas razões do Especial, os fundamentos do acórdão recorrido, no sentido de que "o E. Supremo Tribunal de Justiça firmou o entendimento, por meio da súmula nº 629, de que 'A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe da autorização destes'", bem como de que "os precedentes citados pelas agravantes (RE

573.232/SC e 612.043/PR) não cuidam de ação mandamental, mas de ações coletivas, quando então a regra constitucional aplicável é a do art. 5º, XXI, da CF/1988. Não é esse o caso dos autos, que envolve cumprimento de sentença proferida em mandado de segurança coletivo".

III. Ademais, segundo a jurisprudência do STF e do STJ, o Mandado de Segurança coletivo configura hipótese de substituição processual, por meio da qual o impetrante - no caso, a Associação agravada - atua em nome próprio, defendendo direito alheio, pertencente aos associados ou parte deles, sendo desnecessária, para a impetração do mandamus, apresentação de autorização dos substituídos ou mesmo lista nominal. Nesse sentido: STF, MS 31.336/DF, Rel. Ministro EDSON FACHIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/05/2017; AgRg no RE 501.953/DF, Rel. Ministro DIAS TOFFOLI, PRIMEIRA TURMA, DJe de 26/04/2012; STJ, AgInt no AREsp 993.662/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 27/10/2017; RMS 45.215/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 11/03/2015. Dessa forma, os efeitos da decisão proferida em mandado de segurança coletivo alcançam todos os associados, ou parte deles, cuja situação jurídica seja idêntica àquela tratada na decisão da impetração coletiva, sendo irrelevante que, no caso, a filiação à Associação impetrante tenha ocorrido após a impetração do writ. Em tal sentido: STJ, AgInt no AgInt no AREsp 1.187.832/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 20/06/2018.

IV. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1307723/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 13/12/2018)

**PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. TÍTULO FORMADO EM MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. FILIAÇÃO NA ENTIDADE ASSOCIATIVA À ÉPOCA DA IMPETRAÇÃO. DESNECESSIDADE.**

1. Conforme pacífico entendimento jurisprudencial deste Tribunal Superior, há legitimidade ativa do associado para execução do título executivo judicial, formado em mandado de segurança coletivo, ainda

que seu ingresso na associação se dê após a impetração do mandamus.

2. Hipótese em que é desinfluyente o art. 2º-A da Lei n. 9.494/1997, tendo em vista a impetração ser anterior ao início de sua vigência.

3. Considerado o fato de o recurso especial se insurgir contra pacífico entendimento jurisprudencial de ambas as Turmas que

*compõem a Primeira Seção, deve-se aplicar a multa do art. 1.021, § 4º, do CPC/2015.*

*4. Agravo interno não provido, com aplicação de multa.*

**(AgInt no AREsp 1.210.359/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 28/06/2018)**

**ANTE O EXPOSTO**, conheço do agravo e dou parcial provimento ao recurso especial para, reformando o aresto recorrido, reconhecer a legitimidade ativa da parte ora recorrente para promover a execução, determinando o retorno dos autos ao Tribunal ao Tribunal de origem para que prossiga no julgamento do feito como entender de direito.

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
Relator